

ATOS OFICIAIS

Em cumprimento ao princípio constitucional e a Lei N° 101/2000, estão publicados abaixo Atos Oficiais Administrativos de Prefeituras, Câmaras Municipais e outros Órgãos Oficiais, que zelando pela transparência das contas públicas municipais, coloca à disposição da população documentos diversos para a devida prestação de contas.

A publicação impressa e eletrônica de anexos dos relatórios da Lei de responsabilidade Fiscal-LRF é uma exigência da Constituição Federal que estabelece que o Poder Executivo os publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quadrimestre. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, os órgãos de controle externo e a sociedade, conheçam, acompanhem e analisem o desempenho da administração municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE TABOCAS DO BREJO VELHO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º Quadrimestre / 2013

ATOS OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE TABOCCAS DO BREJO VELHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2013
1º Quadrimestre
LEGISLATIVO

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, Inciso I, Alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	MAIO/2012 a ABRIL/2013	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	566.096,73	0,00
Pessoal Ativo	566.096,73	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Inc. à Demissão Volun.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	566.096,73	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa+IIIb)		566.096,73
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		18.184.312,48
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		3,11%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%		1.091.058,75
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%		1.036.505,81